POLÍTICA

Eles querem ver de perto o que os constituintes vão fazer com a reforma agrária. E avisam: ou ela passa ou "rasgamos a Constituição" e "paramos o Brasil".

5.000 trabalhadores rurais em Brasília

Foto: Alencar Monteiro.

Na rampa do Congresso, o primeiro ato público da Contag.

Trabalhadores rurais de todo País realizaram ontem ato público na rampa do Congresso, para pressionar os constituintes a aprovar a proposta de emenda popular da reforma agrária, patrocinada pela Contag, CUT e CGT, que recebeu mais de dois milhões de assinaturas. A "caravana a Brasília" deverá reunir cerca de cinco mil trabalhadores nos próximos dois dias, segundo previu o presidente da CUT, Jair Menegueli, com o objetivo de acompanhar de perto os trabalhos da Constituinte.

Vários outros atos públicos estão previstos para hoje e amanhã em vários pontos da cidade e na periferia de Brasília. Hoje, eles vão concentrar-se em frente ao Mirad e ao Ministério da Justiça, para pedir aos ministros Jáder Barbalho e Paulo Brossard que atendam às reivindicações dos agricultores e dos sem-terra, e justiça contra crimes praticados contra posseiros e líderes rurais.

Amanhã, o ato público será realizado em frente à Embaixada dos Estados Unidos, para a entrega de documento contra a "interferência externa" nos assuntos de interesse do País. Está previsto, ainda, um encontro dos líderes do movimento com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o encerramento com um novo ato público na rampa do Congresso.

Os trabalhadores rurais estão acampados no parque da cidade, no mesmo espaço ocupado no primeiro semestre pela caravana da UDR. O objetivo dos trabalhadores é acompanhar a votação da reforma agrária na Comissão de Sistematização que, pelo seu calendário inicial, deveria estar votando esta semana o capítulo da ordem econômica. Apesar do grande atraso verificado na comissão, a Contag, CUT e CGT resolveram manter o movimento, para não dispersar os trabalhadores mobilizados.

Segundo o secretário da CUT, Avelino Ganzi, a classe está "mobilizada e consciente da necessidade de mudar a sociedade e encontrar um espaço digno para os trabalhadores rurais espoliados pelos grandes latifundiários". Em discurso no ato público, ele advertiu os constituintes de que, se a reforma agrária não for incluída na futura Constituição, "nós vamos rasgá-la em praça pública". Num grande coro, os trabalhadores respondiam: "Ou sai reforma agrária ou paramos o Brasil".

Jovem da UDR

A recém-formada UDR jovem de Presidente Prudente também está se mobilizando, e enviou Renata Sandoval Gonçalves (24 anos) a Brasília para acompanhar a atuação dos constituintes. "Nós, jovens, estamos conscientes daquilo que desejamos", garante Andréia Corral Takassi (20 anos).

Mas o grupo de Presidente Prudente também promete lutar contra os "preços criminosos" fixados para as safras agrícolas. "Gostaria que o presidente se conscientizasse de que a livre iniciativa poderá conduzir o País adiante", afirma a estudante Elza Lúcia Medeiros Couto. Entendendo que o movimento "vai dar certo", Fábio Buchalla acredita no crescimento rápido da UDR jovem. Ao governo, ele sugere que "deixe as pessoas produzirem em paz", sem ameaças de desapropriação.

"Os esquerdistas não param e temos de estar prontos para combatê-los", ressaltam os jovens. Numa circular que está sendo distribuída, a ala jovem denuncia o doutrinamento das crianças nas escolas, por parte das esquerdas, sustentadas nos princípios soviéticos. Esse mesmo trabalho, dizem os jovens, está sendo desenvolvido nas universidades.

A reforma agrária nem foi votada. Mas começa a se tornar inviável.

Nesses primeiros dez dias de votações, a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte não conseguiu ir além do Título II do substitutivo do relator Bernardo Cabral, o mais longo do projeto da futura Carta, com 55 parágrafos, todos pertencentes ao artigo 5º. Já foram aprovados, até ontem, além do preâmbulo, os quatro artigos do Título I, que trata dos princípios fundamentais, e 48 parágrafos do Título II, relativo aos direitos individuais e coletivos.

Dos mais de 100 pedidos de destaque apreciados, para votação em separado de emendas ao texto do substitutivo, apenas 18 foram acolhidos, em votações nominais, acarretando igual número de alterações, algumas com a supressão de dispositivos, frases ou expressões e outras acrescentando dispositivos, inclusive um novo artigo no Título I, que passa a ter cinco em vez de quatro como prévia a redação original.

A primeira alteração foi introduzida no preâmbulo da Carta, com o acréscimo, na parte final do texto, de um período para declarar que "os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos ou por mecanismos de participação popular direta". A alteração decorreu de destaque de iniciativa do deputado José Genoíno (PT-SP).

As alterações

O texto propriamente dito da futura Constituição não recebeu alterações substanciais, a não ser a questão alusiva à propriedade privada, que tomou a maior parte da reunião de sexta-feira, quando foi submetido a exame o parágrafo 35 do artigo 5º. A Comissão acolheu emenda que torna obrigatória a prévia indenização nos casos de desapropriação. Esse ponto suscitou polêmica entre os constituintes, que consideram o precedente uma primeira tomada de posição da Constituinte quanto à reforma agrária. O raciocínio é o de que, na reforma agrária, as desapropriações estarão igualmente vinculadas à prévia indenização, inviabilizando-a pela dificuldade que o governo teria para conseguir recursos financeiros em volume suficiente. O texto original do parágrafo 35 referia-se apenas a "justa indenização" e, com a emenda, passou a exigir "prévia e justa indenização".

Na maioria dos casos, as alterações referem-se a simples acréscimos de palavras ou à supressão de dispositivos. No artigo 4º, que trata do relacionamento internacional do Brasil, por iniciativa do deputado Carlos Alberto de Oliveira (PDT-RJ) foi incluído o racismo entre os temas que o País condena. E no mesmo artigo, por uma emenda do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), foi acrescentada expressão determinando que o Brasil "propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos primários".

Por um destaque do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), foi acrescentado ao Título I mais um artigo, numerado provisoriamente como artigo 4-B ou 5º, com o seguinte teor: "O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Artigo demorado

Os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 5º do texto original permaneceram inalterados. O parágrafo 5º sofreu uma alteração, para a supressão das expressões "excluída a que incitar a violência ou defender discriminação de qualquer natureza", que constava do texto original, que trata da "livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato", decorrente de emenda do deputado José Genoíno.

No parágrafo 6º, foi excluída, por iniciativa do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), a expressão "que não contrariem os bons costumes". O parágrafo determina a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.

Foi mantido o texto do parágrafo 7º, e o 8º sofreu duas alterações, este dispositivo proíbe a tortura e dele já não consta o tráfico ilícito de drogas dentre os crimes imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de anistia e indulto, graças a uma emenda do deputado Antônio Mariz. Do mesmo dispositivo, por emenda do deputado Aluízio Campos, foi excluída a expressão final: "Devendo a pena ser cumprida integralmente em regime fechado".

Ao parágrafo 11, que declara invioláveis a residência e o domicílio, foi incluída a expressão "flagrante delito" logo após a frase "salvo nos casos de determinação judicial". A emenda é de autoria do deputado Nélson Friedrich. Ao parágrafo 12, por emenda do deputado Ibsen Pinheiro, foi acrescentada a expressão "e investigação criminal", uma das exceções para o dispositivo que proíbe a inviolabilidade da correspondência e das comunicações telefônicas e telegráficas.

Os parágrafos 13 a 25 foram mantidos sem qualquer alteração.

O parágrafo 26, que proíbe prisão civil por dívida, recebeu um acréscimo para excluir dessa proibição os casos de retenção de tributos recebidos ou descontados de terceiros. A emenda é de autoria do deputado Victor Fontana e foi uma das alterações mais significativas introduzidas no texto. Os artigos 27 e 28 permaneceram inalterados e o 29 recebeu uma alteração por proposta do líder Carlos Sant'Anna, do PMDB, dele sendo excluída a expressão final: "Será assegurado aos criadores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou de que participem". O dispositivo trata da livre expressão da atividade intelectual e artística sem censura. O artigo 30 também não teve alterações.

Emenda popular

A primeira emenda popular — com 372.040 assinaturas e endossada pelo deputado Darcy Pozza (PDS-RS) — aceita pela Comissão altera o parágrafo 31, relativo ao direito de o cidadão receber informações verdadeiras dos órgãos públicos. Foi excluída a expressão "e dos órgãos privados com função social de relevância pública". Além de o dispositivo receber no final mais o seguinte texto: "As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de crime de responsabilidade".

O parágrafo 32 não foi alterado e o 33, que trata da extradição de brasileiros, recebeu um complemento, no final do texto: "Ou nos casos comprovados de envolvimento em tráfico internacional de drogas entorpecentes, quando a forma de extradição será estabelecida em lei". A emenda é de autoria do deputado Francisco Rossi (PTB-SP). O parágrafo 34 não foi alterado. O 35, provavelmente o mais polêmico, recebeu uma emenda, para que as indenizações só se processem mediante "prévia indenização".

O novo calendário da Comissão. Dia fatal: 28 de outubro.

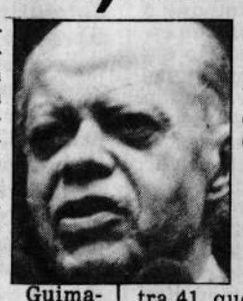
A Comissão de Sistematização tem ainda 330 artigos do substitutivo Bernardo Cabral para examinar. Pelo novo calendário, fixado ontem, no dia 28 próximo termina o prazo da Comissão, inclusive com a aprovação da redação final. No dia 29/10 — impressão do avulso. Dia 30/10 — distribuição dos avulsos. Dias 31/10 e 01/11 — apresentação de destaques. Dias 2, 3 e 4/11 — classificação dos destaques para votação em plenário. Finalmente, dia 5/11 — início da votação em plenário.

Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, explicou que esses 20 dias de prorrogação poderão ser recuperados no plenário, já que os destaques — votação em separado — aprovados ou prejudicados não poderão ser reapresentados, o que deverá reduzir substancialmente o número de emendas. Ele informou, ainda, que está havendo um esforço dos líderes no sentido de reduzir os destaques à Sistematização, para agilizar os seus trabalhos.

A utilização do painel eletrônico de votação também foi anunciada por Ulysses, já a partir da próxima semana. Os códigos secretos de cada constituinte já estão sendo enviados, junto com um manual de funcionamento do painel. O equipamento eletrônico dará o resultado da votação em apenas cinco segundos, o que deverá agilizar os trabalhos da Sistematização e do plenário.

Ulysses garantiu ainda que, apesar das várias prorrogações, a nova Constituição será promulgada ainda este ano, especialmente porque "várias interrogações importantes na área social, empresarial e nos diferentes setores do País aguardam essa Constituição", frisou.

Estabilidade, amanhã ou...



A garantia de estabilidade do trabalhador no emprego, com a proibição de sua demissão imotivada ou sem justa causa, conforme está no substitutivo do relator Bernardo Cabral, deverá entrar em votação amanhã ou depois, segundo as mais otimistas expectativas, entre as quais as do próprio relator. A previsão poderá, no entanto, falhar, pois a decisão da Mesa da Constituinte (tomada junto com o presidente Ulysses Guimarães) de prorrogar por 20 dias o prazo de votação na Comissão de Sistematização (a partir desta quinta-feira) e, se necessário votar, no mínimo, 17 artigos por dia, gerou protestos de parlamentares, com promessas de recorrerem à Justiça contra a decisão.

Pelo cronograma de votação, somente hoje a Comissão de Sistematização deverá completar a votação dos 143 pedidos de destaque que prevêem a colocação de artigos (se aprovados) "onde couber" no artigo 5º do capítulo II do Título II (que trata dos Direitos Sociais) do projeto de Constituição. Antes da votação da estabilidade deverão, também, ser votados 41 pedidos de destaque apenas sobre o **caput** (enunciados) do artigo 6º que afirma: "Além de outros, são direitos dos trabalhadores".

A estabilidade do trabalhador no emprego é motivo de 42 pedidos de votação em destaque, mas o capítulo da ordem social compreende outros temas como direito de greve, horas extras, jornada de trabalho, entre outros temas. No total, 624 pedidos de destaque, muito mais do que recebeu o polêmico e demorado artigo 5' que teve, no conjunto, 519 pedidos de votação em separado.

Estrangeiros

A Sistematização aprovou ontem por 59 votos contra apenas quatro e sob os protestos do senador Nelson Carneiro (foto) do PMDB-RJ, o dispositivo que garantirá aos estrangeiros e empresas multinacionais o mesmo direito de propor ações populares que visem anular ato ilegal. Da mesma forma, garantiu que as ações de **habeas-corpus** (para relaxamento de prisão) e de **habeas data** (para conhecimento de informações e as declarações de inconstitucionalidade) serão serviços gratuitos, ficando às custas dos autores as ações de mandato de segurança e mandato de injunção.

As camadas mais pobres da população também foram beneficiadas com a aprovação de proposta do deputado Nider Barbosa (PMDB-ES) que garantiu a todos os cidadãos reconhecidamente pobres (na forma da lei) registro civil e atestado de óbito, por exemplo, gratuitos.

A propriedade rural com até 25 hectares, desde que trabalhada por uma família, não pode ser objeto de penhora para pagamento de qualquer débito, segundo emenda aprovada do senador Nelson Carneiro, por 50 a 39 votos contrários.

Dois constituintes, Ricardo Fiúza e o líder do PFL, José Lourenço, discursaram contra a emenda de Carneiro, afirmando que ela poderia desorganizar o sistema produtivo. Ao defendê-la, depois do senador fluminense, o deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR) lembrou o fato de que, somente na última década, 105 mil pequenas propriedades rurais desapareceram em decorrência de problemas financeiros, sustentando a necessidade de adoção de uma fórmula alternativa de garantia para o crédito rural que não seja a penhora. O deputado Bernardo Cabral manifestou-se contra a emenda, o que se mostrou insuficiente para derrubá-la.

Documentos sigilosos

Comissão de Sistematização também decidiu, por 49 votos contra 41, que os documentos sigilosos não serão indistintamente liberados à divulgação depois de 20 anos — o resultado foi aplaudido por seu presidente, senador Afonso Arinos. Ele lembrou que a proteção dos documentos é muito importante principalmente para a política externa. Disse que ainda hoje tem um arquivo especial em sua casa, de documentos da época em que foi ministro das Relações Exteriores (do governo Jânio Quadros, em 1961), e que não podem até agora ser divulgados.

A emenda, de autoria do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), foi defendida pelo deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), assinalando que ainda hoje os historiadores não têm acesso a documentos da Guerra do Paraguai.

Houve também, no início da noite, demorada discussão em torno de emenda do senador Nelson Carneiro estabelecendo que "ninguém ficará sem registro e filiação perante o notário público; os nomes do pai e da mãe serão consignados independentemente do estado civil dos pais". Com os obstáculos levantados, o autor acabou por retirá-la.

A Comissão aprovou ainda emenda que proíbe a identificação criminal antes de condenação definitiva, por 47 a favor contra 42 votos, mas foi rejeitada a que pretendia a redução de 18 para 16 anos de idade sobre a qual incidirá a responsabilidade criminal.

Ainda ontem, o presidente Sarney mandou novo recado aos constituintes através de seu porta-voz, Antônio Frota Neto, lembrando que a forma de rateio dos recursos da arrecadação dos tributos federais como está prevista no substitutivo de Bernardo Cabral, é o mesmo que condenar a União à falência, tornando-a incapaz de atuar na área de serviços essenciais. Como anteriormente, Frota Neto insistiu que para sobreviver às transferências de recursos proposta, estas devem ser acompanhadas também da transferência de encargos.

O plenário, de um modo geral, reagiu com revolta ao ofício de Ulysses Guimarães, lido à noite ao final dos trabalhos, por Afonso Arinos, fixando o novo funcionamento da Comissão. O líder do PTB, Gastone Righi, antes do término da leitura do ofício, gritou do meio do plenário: "Isto é uma infâmia. Não somos moleques".

A reação partiu de parlamentares de todos os partidos e Afonso Arinos, após a leitura, bateu com a mão sobre o documento, afirmando: "Fica sobre a mesa", encerrando a sessão inesperadamente, com numerosos constituintes pedindo a palavra "pela ordem", inutilmente. Um deles disse que a decisão de Ulysses parecia a do presidente Castello Branco, que em 1966 enviou projeto de reforma constitucional marcando dia e hora para a conclusão. Meses depois, o então presidente do Congresso, Moura Andrade, teve de parar o relógio do plenário para concluir os trabalhos.

O escândalo do Paraná: a acusada agora acusa o governador.

Rosane Godinho Zorning, uma das funcionárias públicas acusadas pelo desvio de quase Cz$ 1 milhão dos recursos do governo do Paraná, apresentou-se ontem à Delegacia de Vigilância e Capturas de Curitiba — mas para fazer acusações. "Tudo foi usado em um caixa 2, que custeou a campanha do governador Álvaro Dias", denunciou Rosane que, assim como outros oito funcionários da Fundação de Promoção Social do Paraná, tinha prisão preventiva decretada desde que o escândalo veio a público, em junho.

Seis dos envolvidos foram presos, mas Rosane e sua colega Edemara Oliveira Lara, fugiram para o Paraguai. Segundo Rosane, a fuga foi devida a ameaças de morte. "Eles queriam que Edemara assumisse tudo sozinha, sem revelar a verdade, e diziam que a ajudavam a sair da prisão", explicou Rosane.

As denúncias envolvem principalmente o irmão do governador Álvaro Dias, Osmar Dias, atual secretário da Agricultura, e Teófilo Bacha Filho, assessor do governo, disse Rosane. Ela contou ainda que alguns funcionários do departamento receberam "vantagens" em troca de apoio à campanha de Dias. "Quem pensava em não aceitar a proposta corria o risco de ser demitido", disse. Edemara continua desaparecida, chamada de "ladra e mentirosa" pelo governador.